

## Sessão Plenária – Prioridades da Presidência Belga

### Intervenção do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Neste início de ano, a Bélgica voltou a assumir a Presidência do Conselho da União Europeia, exatamente 66 anos depois de também ter assumido aquela que seria a primeira presidência rotativa exercida por um Estado-Membro da então Comunidade Económica Europeia.

Ao longo deste semestre, sob o lema “proteger, robustecer, preparar”, a Bélgica promoverá como prioridades da sua presidência: (i) a defesa do Estado de Direito, da democracia e da coesão europeia; (ii) o investimento na competitividade do mercado europeu; (iii) o apoio a uma transição energética verde e sustentável; (iv) o reforço dos direitos sociais e, em particular, das políticas de saúde; (v) a proteção das pessoas concretas, num contexto de crescente insegurança; bem como (vi) a afirmação da Europa como um ator global.

O Governo português revê-se, de uma forma geral, nestes objetivos e confia que a presidência belga conduzirá com mestria e proficiência os destinos da União Europeia nestes tempos desafiantes.

Sendo certo que, quando o mandato desta presidência chegar ao fim, dentro de sensivelmente seis meses, terão já sido eleitos os Deputados que vão compor o próximo Parlamento Europeu – uma escolha verdadeiramente decisiva para o futuro da União.

O que estará em jogo nestas eleições europeias – bem como em vários outros atos eleitorais que ocorrerão ao longo de 2024 – não é coisa pouca. É a capacidade de a União Europeia se manter fiel aos seus valores fundacionais, aos ditames da democracia liberal e do Estado de Direito, e de continuar a desenvolver e aprofundar, em múltiplos domínios, o processo de integração europeia. O que está em causa é nada mais nada menos do que saber se o projeto europeu ficará refém de populismos e nacionalismos egoístas ou se perpetuará o espírito de solidariedade, a comunhão de propósitos e o desígnio de paz e prosperidade partilhadas que estiveram na sua génese.

Ora, é neste contexto que, até ao verão, discutiremos e aprovaremos, também sob os auspícios da presidência belga, a Agenda Estratégica para o mandato 2024-2029. Aí se determinarão os grandes eixos de ação e as linhas mestras que vão enquadrar a atividade das principais instituições europeias ao longo da próxima legislatura.

Debrucemo-nos, então, sobre esta importante tarefa, analisando cinco temas que previsivelmente irão marcar os próximos cinco anos e que, portanto, não poderão deixar de constar da referida Agenda Estratégica.

1. Em primeiro lugar, o tema do alargamento. Do alargamento e da reforma interna da União – essa dupla ambição, que significa que os progressos no processo de adesão dos países candidatos devem andar a par e passo, ou estar sincronizados com as reformas de que a União Europeia necessita para poder acolher no seu seio novos membros e funcionar eficientemente com mais de trinta países.

Para sermos sérios e consequentes, não basta apoiar o alargamento. É preciso enfrentar também, com idêntica

clareza e assertividade, os desafios que o alargamento inevitavelmente trará. Esconder esses problemas ou fingir que eles não existem não ajuda a causa dos países candidatos, apenas adiaria a sua plena inserção no projeto europeu. Pelo que o novo impulso em torno da política de alargamento deve também ser acompanhado de idêntico impulso na reestruturação da União, pelo menos a três níveis: nas suas principais políticas, designadamente na Política Agrícola Comum e na Política de Coesão, que serão altamente impactadas pela entrada de novos Estados-Membros; conseqüentemente, no seu orçamento e nas suas fontes de financiamento; e ainda nas suas regras de funcionamento e processos de tomada de decisão.

2. Em segundo lugar, no mundo instável em que vivemos, marcado por polícrises, várias guerras em simultâneo e o recrudescimento de nacionalismos e extremismos vários, o tema da segurança e defesa será incontornável na Agenda Estratégica para o próximo mandato europeu. Em grande medida, a Europa tem vindo a sustentar a sua segurança em atores externos. Mas esta situação não é mais sustentável. Num contexto internacional marcado por uma elevada

instabilidade geopolítica e várias ameaças e conflitos na nossa vizinhança próxima, a Europa terá de fazer muito mais do que tem feito para garantir a sua segurança e ser mais autónoma de potências estrangeiras.

3. Em terceiro lugar, justamente, impõe-se discutir o tema da Autonomia Estratégica – ou, como preferimos, da Autonomia Estratégica Aberta. Uma autonomia que não configure uma tentativa de autossuficiência. Uma autonomia que equivalha a poder ou a força e não a fechamento.

Uma autonomia que entre outras coisas deve passar pela consagração de uma autêntica política industrial europeia – que a disrupção das cadeias de abastecimento durante a pandemia e a necessidade de aprovisionamento militar em consequência da guerra na Ucrânia vieram colocar em destaque. Uma política industrial, portanto, que possa prover a Europa de matérias-primas críticas e que promova uma aposta estrutural nas tecnologias de ponta neutras em carbono, de modo a garantir que a União Europeia não fica totalmente dependente de painéis solares, baterias de lítio ou microchips produzidos em países terceiros.

4. Em quarto lugar, e relacionado com o que acabámos de referir, está o tema da competitividade da economia europeia e da necessidade de completar e reforçar o Mercado Único Europeu, já com três décadas de existência e um dos mais importantes legados do saudoso Jacques Delors.

A verdade, porém, é que em vários domínios continua a haver um gap de inovação, dinamismo e competitividade na economia europeia. É, pois, com enorme expectativa que aguardamos dois relatórios da maior importância, que chegarão no final da primavera e no início do verão – o Relatório Letta, sobre o Mercado Único, e o Relatório Draghi, sobre a competitividade europeia – que nos darão sugestões críticas para que a Europa consiga liderar nas atividades mais sofisticadas e de maior valor acrescentado e aproveitar todo o potencial do seu mercado interno, com 450 milhões de consumidores.

5. Em quinto lugar, por fim, um tema que continuará a figurar com destaque na Agenda Estratégica para o próximo

mandato diz respeito à dupla transição, verde e digital. Mas julgamos que o foco já não estará tanto nas metas a atingir e na regulação, antes na aceitabilidade social dessas transições. Isto é, por um lado, na necessidade de garantir que essas transições são justas e não deixam ninguém para trás, protegendo e apoiando as vítimas desses processos de transformação. O que implica uma renovada aposta na agenda social. Por outro lado, na necessidade de encontrar equilíbrios delicados entre os novos padrões de produção e de consumo e a economia mais tradicional ou os hábitos de vida mais enraizados.

Senhoras e senhores deputados,

Os desafios com que a União Europeia foi confrontada ao longo dos últimos anos foram gigantescos. Mas os que se avizinham não serão necessariamente menores. Precisamos de uma Europa à altura, capaz de se superar e de evoluir, para responder aos anseios dos europeus. Como tem vindo a fazer há cerca de 70 anos. Nunca desperdiçando uma crise para avançar. Em nome de todos nós. Para bem de todos nós.

Muito obrigado.